



**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 01.02.01/2017.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01.02.01/2017**

LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO (GLOBAL - POR LOTE), PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES DIVERSOS PARA GESTÃO LOGÍSTICA, OUVIDORIA, ARRECADAÇÃO E FOLHA DE PAGAMENTO, COM VISTAS À QUALIFICAÇÃO DO CONTROLE INTERNO, INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DE PESSOAL, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, ACOMPANHAMENTO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA, JUNTO ÀS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE ICÓ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

O Município de Icó, através dos órgãos interessados a saber: Secretaria da Administração e Finanças, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria da Assistência Social e Serviço Autônomo de Água e Esgoto, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregoeiro, regulamentado através de ato de nomeação, na data, horário e local abaixo previsto, abrirá licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor preço (global - por lote), para atendimento do objeto desta licitação, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, observadas as disposições contidas na Lei Federal n.º 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações posteriores e na Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002 - Lei que Regulamenta o Pregão.

DATA, HORÁRIO E LOCAL:

OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS serão recebidos em sessão pública marcada para:

Dia **16 de fevereiro de 2017.**

Às **08:30 Horas.**

Na Sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Rua Francisco Maciel, 2194, térreo, Centro, Icó-CE.

CONSTITUEM PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO OS SEGUINTE ANEXOS:

- ANEXO I** - TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II** - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- ANEXO III** - MODELOS DE DECLARAÇÃO
- ANEXO IV** - MODELO DE PROCURAÇÃO
- ANEXO V** - MINUTA DE CONTRATO

1.0- DO OBJETO



1.1- A presente licitação tem como objeto a Contratação de serviços de licença de uso de softwares diversos para gestão logística, ouvidoria, arrecadação e folha de pagamento, com vistas à qualificação do controle interno, incluindo implantação, treinamento de pessoal, manutenção, suporte técnico, acompanhamento e serviços especializados de consultoria, junto às unidades administrativas do Município de Icó, conforme especificações constantes no anexo I do Edital.

2.0- DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1- RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1.1- Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei de Licitações n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e da Lei do Pregão nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

2.1.2- Não poderá participar empresa com falência decretada;

2.1.3- Não será admitida a participação de interessados sob forma de consórcio ou grupo de empresas;

2.1.4- Quando um dos sócios representantes ou responsáveis técnicos da Licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório.

2.2- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.2.1- Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas interessadas que atendam a todas as exigências constantes neste procedimento licitatório e em seus anexos.

3.0- DOS ENVELOPES

3.1- A documentação necessária à Proposta de Preços, bem como à Habilitação, deverá ser apresentada ao(à) Pregoeiro(a), em envelopes distintos, opacos e fechados, no dia, hora e local indicado no preâmbulo deste Edital, conforme abaixo:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ
(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01.02.01/2017.**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ
(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01.02.01/2017.**

3.2- É obrigatória a assinatura de quem de direito da PROPONENTE na PROPOSTA DE PREÇOS.

3.3- Os Documentos de Habilitação e as Propostas de Preços deverão ser apresentadas por preposto da licitante com poderes de representação legal, através de procuração pública, ou particular com firma reconhecida. A não apresentação não implicará em inabilitação. No entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da licitante, salvo se estiver

sendo representada por um de seus dirigentes, que deverá apresentar cópia do contrato social e documento de identidade.

3.4- Qualquer pessoa poderá entregar os Documentos de Habilitação e as Propostas de Preços de mais de uma licitante. Porém, nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma licitante junto à Comissão, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

4.0- DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 02.

4.1- Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

4.1.1- Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório;

4.1.2- Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa se expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão;

4.1.3- Preferencialmente, os documentos deverão ser rubricados e numerados sequencialmente, na ordem deste Edital, da primeira à última página, de modo a refletir seu número exato.

4.2- DA PROPOSTA DE PREÇO - ENVELOPE Nº 01.

4.2.1- As propostas deverão ser apresentadas em papel timbrado da firma, preenchidas em duas vias datilografadas/digitadas ou impressas por qualquer processo mecânico, eletrônico ou manual, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, entregue em envelope lacrado.

4.3- AS PROPOSTAS DE PREÇOS DEVERÃO, AINDA, CONTER:

4.3.1- A razão social, local da sede e o número de inscrição no CNPJ da licitante;

4.3.2- Assinatura do Representante Legal;

4.3.3- Indicação do prazo de validade das propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação das mesmas;

4.3.4- Preço unitário e total propostos, já considerados, nos mesmos, todas as despesas, inclusive tributos, taxas, contribuições e demais encargos incidentes direta e indiretamente no objeto deste Edital;

4.3.5- Correrão por conta da proponente vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.

4.3.6- Os valores unitário e total deverão ser cotados em algarismos, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais e por extenso. Ocorrendo divergência entre os valores propostos, prevalecerão os descritos por extenso e, no caso de incompatibilidade entre os valores unitário e total, prevalecerão os valores unitários.

4.3.7- Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, forem omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes



de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, ou irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis

5.0- OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONSISTIRÃO DE:

5.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.1.1- Cédula de identidade do responsável legal ou signatário da proposta.

5.1.2- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e todos os aditivos, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais ou o Registro Comercial em caso de empresa individual, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da data da assembléia que elegeu seus atuais administradores. Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

5.1.3 - Alvará de funcionamento.

5.2- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

5.2.1 - Prova de Inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ);

5.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.2.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

a) A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

5.2.4 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

5.2.5 - Prova de situação regular junto à Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme dispõe a Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

5.3- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.3.1- Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com firma do emitente reconhecida em cartório, acompanhado do(s) documento(s) contratual(ais) ou equivalente(s) na forma da lei (previstos no art. 62 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores) e da(s) nota(s) fiscal(ais) correspondente(s), que comprove(em) que o(a) licitante tenha prestado serviços de natureza e espécie condizentes com o objeto desta licitação, especificados no anexo I deste edital.



5.4- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.4.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedadas a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta. Tratando-se de Sociedade Anônima, o balanço patrimonial deverá ter sido publicado no Diário Oficial ou jornal de grande circulação.

5.4.1.1 - Entende-se como na forma da lei, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do livro diário no qual se encontra transcrito, devidamente chancelados na junta comercial através de selo autenticação e registro, conforme o caso, ou no cartório de títulos e documentos, conforme a natureza jurídica da empresa, estando devidamente assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e pelo titular ou representante legal da empresa.

5.4.2 - Comprovação da capacidade financeira do licitante, através de demonstrativo financeiro, baseado na obtenção dos seguintes índices:

$$ILG = \frac{AC+RLP}{PC+ELP} > \text{ou} = a 1,5$$

$$ILC = \frac{AC}{PC} > \text{ou} = a 1,5$$

$$ET = \frac{PC + RLP}{AT} < \text{ou} = a 0,50$$

Onde:

ILC = Índice de Liquidez Corrente
ILG = Índice de Liquidez Geral
ET = Endividamento Total
AC = Ativo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo
AT = Ativo Total
PC = Passivo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo

Sendo:

ILG = Índice de Liquidez Geral (define a capacidade da empresa em liquidar seus compromissos a longo prazo), maior ou igual a 1,5.
ILC = Índice de Liquidez Corrente (define a capacidade da empresa em liquidar seus compromissos a curto prazo), maior ou igual a 1,5.
ET= Índice de Endividamento Total (define o grau de endividamento da empresa), menor ou igual a 0,50.



5.4.3 - Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da PROPONENTE, Justiça Ordinária;

5.5 – OUTRAS EXIGÊNCIAS

5.5.1 - Declaração expressa de que atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da CF/88, conforme modelo do Anexo III.

5.5.2 - Certidões Simplificada e Específica, expedidas pela junta comercial da Sede do Licitante, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias, tomando-se por base a data prevista para entrega dos envelopes, comprovando todos os atos da empresa (Inscrição, Enquadramento, alterações de dados, etc).

6.0- DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DO CREDENCIAMENTO

6.1- A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada no endereço constante do Preâmbulo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo e o conteúdo deste edital.

6.2- Antes do início da sessão, os representantes dos interessados em participar do certame, deverão se apresentar para credenciamento junto ao(à) Pregoeiro(a), devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais.

6.3- No dia e local designado neste edital, na presença dos representantes dos licitantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o(a) Pregoeiro(a) receberá, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, as propostas de preço e a documentação exigida para a habilitação dos licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

6.4- Depois de encerrado o recebimento dos envelopes, nenhum outro envelope ou documento será aceito pelo(a) Pregoeiro(a) após o horário indicado para recebimento dos envelopes, salvo no caso do **item 9.5** deste edital.

6.5- Cada licitante credenciará representante que será admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste edital, por sua representada.

6.5.1- Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos: **(AUTENTICADOS)**

a) cópia do documento oficial de identidade **(com foto recente, com data de emissão não superior a dez anos)** do representante legal (Autenticada);

b) documento que comprove a capacidade de representação, na forma da lei, inclusive com outorga de poderes para, na forma da lei, formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante.

c) declaração na forma do Modelo nº 02 constante do ANEXO III deste edital.

d) Para fazer jus aos benefícios previstos na Lei nº 123/2006, e Lei 147/2014, a licitante terá que juntar aos documentos a serem apresentados para credenciamento e, necessariamente no ato do credenciamento, declaração de que se enquadra na condição de ME (Micro-Empresa) ou EPP (Empresa de Pequeno Porte), emitida em papel timbrado da empresa pelo(s) sócio(s)



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ICÓ
CIDADE FELIZ



que detenha(m) os poderes de administração da sociedade.

6.6- Caso o representante seja sócio da empresa licitante com poderes de representação, sócio-gerente, diretor da licitante ou titular de firma individual, deverão ser apresentados documentos que comprovem tal condição (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de sua eleição, etc.), nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.7- Nos demais casos, deverão ser apresentados procuração por instrumento público ou particular, este último com firma reconhecida em cartório e acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de eleição do outorgante, etc.), conforme modelo constante do **Anexo IV** deste edital.

6.8- Estes documentos (originais ou cópias autenticadas em Cartório) deverão ser entregues fora dos envelopes, para que possam ser analisados no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes "Propostas de Preços".

6.9- A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento do preposto, impedirá de passar as demais fases do certame ou até que seja cumprido o disposto nos **itens 6.5 e 6.6** deste edital, quando for o caso.

6.10- No decorrer do procedimento licitatório, os licitantes poderão nomear representantes, caso não os tenha feito, descredenciar ou substituir os já nomeados, desde que apresente os documentos exigidos no **item 6.6** deste edital. Entretanto, não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

7.0- DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

7.1- O Pregão será realizado na forma presencial.

7.2- O julgamento da licitação será realizado em apenas uma fase, sendo dividido em duas etapas somente para fins de ordenamento dos trabalhos, e obedecerá ao critério do **Menor preço (global - por lote)**.

7.2.1- A etapa de classificação de preços compreenderá a ordenação das propostas de todos os licitantes, a classificação inicial das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, a oferta de lances verbais dos licitantes proclamados para tal a classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor;

7.2.2- A etapa de habilitação, declaração do licitante vencedor e adjudicação compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope "Documentos de Habilitação" do licitante classificado em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente edital, bem como a declaração do licitante considerado vencedor do certame e a adjudicação, sendo esta última feita caso não ocorra interposição de recurso.

7.3- Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

7.4- Da reunião para recebimento, abertura e classificação das propostas e habilitação, será



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ICÓ
CIDADE FELIZ

lavrada ata circunstanciada, que mencionará todas os licitantes, as propostas apresentadas, as observações e impugnações feitas pelas licitantes e demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, devendo ser assinadas pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio e por todos os representantes presentes dos licitantes ou por representantes entre eles escolhidos, sendo o número mínimo de dois licitantes;

7.5- A reunião mencionada no item anterior poderá ser gravada, pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, por qualquer meio de reprodução mecânica ou eletrônica, como a fotográfica, cinematográfica, fonográfica ou de outra espécie. O(A) Pregoeiro(a) comunicará aos licitantes qual o meio de gravação estará utilizando e os registros decorrentes desta poderão ser utilizados para comprovação de atos e fatos nele contidos, sendo que será arquivada por um período de 60 (sessenta) dias após a data da reunião.

7.6- O licitante vencedor será convocado a apresentar a proposta de preço definitiva, devidamente ajustada, e a firmar o instrumento contratual, nos moldes da minuta de contrato constante do **Anexo V** deste edital.

7.7- O MUNICÍPIO DE ICÓ se reservará ao direito de efetuar diligências visando confirmar as informações apresentadas pelo licitante sobre as características dos serviços ofertados. Caso sejam encontradas discrepâncias entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Se inexequíveis, este fato implicará na desclassificação da proposta da licitante.

8.0- DA FASE DE CLASSIFICAÇÃO DE PREÇOS

8.1- Serão abertos os envelopes "Proposta de Preço" de todas as licitantes e o(a) Pregoeiro(a) informará às participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do(s) objeto(s) da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

8.2- O(a) Pregoeiro(a) fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem decrescente, de todas as licitantes, classificando a licitante com proposta de menor preço por item e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10,0% (dez por cento) relativamente à de menor preço, para que seus(suas) representantes participem dos lances verbais.

8.2.1- Quando não forem verificadas no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no **item 8.2**, o(a) Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus(suas) representantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.2.2- O(A) Pregoeiro(a) poderá consultar a todas as licitantes que apresentaram propostas de preços superiores ao menor preço, se estas desejam participar da fase de lances verbais com preço inferior ao já estabelecido nesta fase.

8.3- Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e com preços decrescentes.

8.3.1- O(a) Pregoeiro(a) convidará individualmente os(as) representantes das licitantes, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de menor



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ICÓ
CIDADE FELIZ



preço e os demais, em ordem decrescente de preço.

8.3.2- Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.3.3- Caso não mais se realizem lances verbais, será declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

8.3.4- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado(a) pelo(a) Pregoeiro(a), implicará exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.

8.3.5- Após o encerramento da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) verificará a existência de ME e EPP, para os efeitos do contido na Lei Complementar 123/2006, e Lei Complementar 147/2014, procedendo como previsto no **item 9**.

8.4- Declarada encerrada a etapa competitiva e realizada a classificação final das propostas, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.4.1- Será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e os valores estimados para a contratação.

8.5- Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e inicialmente classificadas sem que se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão, observado, primeiramente, o disposto no **item 8.5.1**.

8.5.1- Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, o(a) Pregoeiro(a) aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte, da seguinte forma:

8.5.1.1- Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

8.5.1.2- Para efeito do disposto no **item 8.5.1.1**, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de cinco minutos, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do **item 8.5.1.1** deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também todos no prazo de cinco minutos cada, sob pena de preclusão;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item **8.5.1.1**, inciso I deste



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ICÓ
CIDADE FELIZ

Edital, será realizado sorteio para definir aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.5.1.3- Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **item 8.5.1.2** deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.5.1.4- O disposto no **item 8.5.1.2** somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.5.1.5- Após o desempate, poderá o(a) Pregoeiro(a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

8.6- Nas situações em que não se realizem lances verbais, ou depois de declarado o encerramento da etapa competitiva, ou se a oferta não for aceitável ou no exame de oferta subsequente, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor para a Administração.

8.7- Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

8.8- As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no **Envelope n.º 01 (Proposta de Preço)**, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, bem como os que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, serão consideradas desclassificadas, não se admitindo complementação posterior.

8.8.1- Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis aqueles que forem simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

8.9- Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.

9.0- DA FASE DE HABILITAÇÃO E DO JULGAMENTO

9.1- Efetuados os procedimentos previstos no **item 8.0** deste edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" desta licitante.

9.2- Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope nº 02 (Documentos de Habilitação), ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, serão considerados inabilitados, não se admitindo complementação posterior.

9.3- Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo(a) Pregoeiro(a), caso não haja intenção de interposição de recurso.

9.4- Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, permitida renegociação – **item 8.6** do edital, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação da habilitação do licitante,



na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até uma proposta que atenda integralmente ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

9.5- O licitante declarado vencedor do certame deverá apresentar, na própria sessão, Proposta de Preço formal que ratifique o último lance ofertado, se for o caso. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo, motivadamente, por 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação realizada na audiência pública do Pregão;

9.6- Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo(a) Pregoeiro(a), sua Equipe de Apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) do(s) licitante(s) presente(s) à sessão ou por representantes entre eles escolhidos, sendo o número mínimo de dois licitantes.

9.7- Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja igual ou inferior ao previsto para a prestação dos serviços será feita, pelo(a) Pregoeiro(a), a adjudicação ao licitante declarado vencedor do certame e encerrada a reunião. Posteriormente, o processo, devidamente instruído, será encaminhado para as Secretarias competentes para homologação e subsequente contratação.

9.8- Os envelopes com os documentos relativos à habilitação dos licitantes não declarados vencedores serão retirados pelos representantes dos licitantes na própria sessão. Os remanescentes permanecerão em poder do(a) Pregoeiro(a), devidamente lacrados, durante 20 (vinte) dias correntes à disposição dos licitantes. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

10.0- DOS RECURSOS

10.1- Ao final da sessão, depois de declarado o licitante vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.1.1- O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo.

10.1.2- A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará a preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo(a) Pregoeiro(a) ao licitante vencedor.

10.1.3- A petição poderá ser feita na própria sessão e, se oral, será reduzida a termo em ata, facultado ao(à) Pregoeiro(a) o exame dos fatos e julgamento imediato do recurso.

10.2- O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.3- Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na respectiva Secretaria de origem.

10.4- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) Secretário(a) de origem homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es) do certame, determinando a contratação da adjudicatária.



10.5- Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

11.0- DA CONTRATAÇÃO

11.1- As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por termo de contrato específico, celebrado entre o Município, representado pelo(s) Secretário(s) Ordenador(es) de Despesa (doravante denominado Contratante), e o licitante vencedor (doravante denominado(a) contratado(a)), que observará os termos da Lei n.º 8.666/93, deste edital e demais normas pertinentes, cuja minuta foi submetida a exame prévio da assessoria jurídica do Município.

11.2- O licitante vencedor terá o **prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados da devida convocação, para celebrar o referido Contrato, nos moldes da minuta de contrato constante do **Anexo V** deste edital. Em caso de recusa injustificada, ser-lhe-á aplicado o disposto no **item 18.7** deste instrumento convocatório.

11.3- Se o licitante vencedor não assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido é facultado ao(à) Secretário(a) Ordenador(a) de Despesa convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas (**item 8.4** deste edital), para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços (descontos), ou revogar a licitação.

11.4- Incumbirá à Contratante providenciar, à sua conta, a publicação do extrato do Contrato na imprensa oficial do município, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

11.5- O licitante adjudicatário se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação.

11.6- O Termo de Contrato só poderá ser alterado em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

12.0- DO PRAZO DE DURAÇÃO

12.1- O contrato terá um prazo de vigência por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

13.0- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1- A Contratante se obriga a proporcionar ao(à) Contratado(a) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;

13.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual, bem como o pagamento das taxas e impostos, empregados e demais despesas necessárias ao bom andamento dos serviços;

13.3- Comunicar ao(à) Contratado(a) toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

13.4- Providenciar os pagamentos ao(à) Contratado(a) à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.



14.0- DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

14.1- Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Pregão Presencial Nº 01.02.01/2017, neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

14.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de HABILITAÇÃO e qualificação exigidas na licitação;

14.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, arcando com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual;

14.4- Os pedidos de prorrogação de prazo dos serviços serão dirigidos à Comissão de Licitação, até 05(cinco) dias corridos, antes da data do término do prazo de entrega, explicitadas as razões e devidamente fundamentadas;

14.5- Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceito pelo órgão contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

15.0- DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1- O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

16.0- DA RESCISÃO DO CONTRATO

16.1- A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

16.2- Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

16.3- A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

17.0- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1- A fatura relativa ao(s) serviço(s) efetivamente feito(s), deverá ser apresentada à Prefeitura Municipal, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.

17.2- Caso a fatura acima referida seja devidamente aprovada pela Prefeitura Municipal, o pagamento será efetivado em favor da CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da respectiva aprovação desta.

18.0- DAS PENALIDADES



18.1- O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

18.2- O(a) contratado(a) ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I - Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II - Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

- a) de 1,0% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no serviço, limitada a 10% do mesmo valor;
- b) de 2,0% (dois por cento) sobre o valor contratual, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 5,0% (cinco por cento) do valor contratual, pela recusa em executar o serviço, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ICÓ, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

18.3- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 18.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

18.4- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o(a) contratado(a) fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do(a) contratado(a), o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.



18.5- As sanções previstas nos **incisos III e IV do item 18.2** supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

18.6- As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do item 18.2** supra poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

18.7- A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5,0% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

18.8- As sanções previstas no **item 18.7** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

19.0- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão	03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária	03.03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Dotação Orçamentária	04.122.0037.2.044.0000 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Elemento de Despesas	3.3.90.39.00
Fonte do Recurso	Próprios

Órgão	14 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
Unidade Orçamentária	14.14 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
Dotação Orçamentária	12.122.0037.2.035.0000 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
Elemento de Despesas	3.3.90.39.00
Fonte do Recurso	Próprios

Órgão	16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade Orçamentária	16.16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Dotação Orçamentária	10.122.0037.2.038.0000 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Elemento de Despesas	3.3.90.39.00
Fonte do Recurso	Próprios

Órgão	20 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIA
Unidade Orçamentária	20.20 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Dotação Orçamentária	08.122.0037.2.061.0000 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Elemento de Despesas	3.3.90.39.00
Fonte do Recurso	Próprios

Órgão	21 - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
Unidade Orçamentária	21.21 - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
Dotação Orçamentária	17.122.0037.2.085.0000 - ADMINISTRACAO GERAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ICÓ
CIDADE FELIZ

Elemento de Despesas	3.3.90.39.00
Fonte do Recurso	Próprios

20.0- DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1- Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente edital, por irregularidade, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, no endereço discriminado no preâmbulo deste edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

20.2- Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a licitante que não protocolizar o pedido, em conformidade com o disposto neste edital, até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

20.3- A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

20.4- Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

20.5- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos os interesses públicos e o da Administração, sem comprometimento da segurança da /Contratação. Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) durante a sessão.

20.6- O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

20.7 A adjudicação e a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.8- Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital.

20.9- Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

20.10- O(A) Secretário(a) Ordenador(a) de Despesas poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, não cabendo às licitantes direito a indenização.

20.11- Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.12- Na hipótese de não haver expediente na data marcada para o recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, a data da abertura ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

20.13- Quaisquer dúvidas porventura existentes ou solicitações de esclarecimentos sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão



Permanente de Licitação (endereço mencionado no Preâmbulo deste Edital), até 05 (cinco) dias correntes anteriores à data fixada para a realização do Pregão, que serão respondidas, igualmente por escrito, depois de esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada somente aos que se cadastrarem mediante Termo de Retirada de Edital. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone número, (88) 3561-1508.

20.14- As impugnações referidas nos **itens 20.1 e 20.2** e os recursos mencionados no **item 10** deste edital, eventualmente interpostos, serão dirigidos ao(a) Secretário(a) Ordenador(a) de Despesas, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), e protocolizados exclusivamente no endereço mencionado no Preâmbulo deste edital.

20.15- Cópias do edital e anexos serão fornecidas, mediante termo de Retirada de Edital, nos dias úteis, nos horários de atendimento ao público, das 08:00 às 12:00 horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Francisco Maciel, 2194, térreo, Centro, Icó-CE. Outras informações poderão ser obtidas, também, através do seguinte telefone: (88) 3561-1508.

20.16- O local da sessão poderá sofrer alterações, em função, principalmente da necessidade e conveniência de melhor acomodação, sobretudo, dos participantes, que serão tempestivamente comunicados.


20.17- Os interessados, ao participarem deste pregão, expressam, automaticamente, sua total concordância aos termos deste Edital, não podendo alegar, posteriormente, desinformações suas ou de seus representante.


20.18- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação nos termos da legislação pertinente.

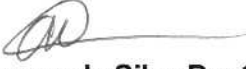
21.0- DO FORO


21.1- Fica eleito o foro da Comarca de Icó, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


Icó/CE, 02 de fevereiro de 2017.


Maria das Graças Ferreira Vieira Oliveira
Ordenadora de Despesas da Secretaria de
Educação


Maria do Socorro Lira
Ordenadora de Despesas da Secretaria de
Assistência Social


Cícera Nayana da Silva Dantas
Ordenadora de Despesas da Secretaria da Saúde


Francisco das Chagas de Sousa Silva
Ordenador de Despesas das Secretarias de
Administração e Finanças


Gustavo Nogueira Botão
Ordenador de Despesas do Serviço Autônomo
de Água e Esgoto



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ICÓ
CIDADE FELIZ

TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DA SAÚDE, SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DA SAÚDE, SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO.

RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA/FUNÇÃO: Francisco das Chagas de Sousa Silva/ Ordenador de Despesas das Secretarias da Administração e Finanças, Maria das Graças Ferreira Vieira Oliveira/ Ordenadora de Despesas da Secretaria de Educação, Cícera Nayana da Silva Dantas/Ordenadora de Despesas da Secretaria da Saúde, Maria do Socorro Lira/ Ordenadora de Despesas da Secretaria de Assistência Social e Gustavo Nogueira Botão/ Ordenador de Despesas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto

1 – APRESENTAÇÃO

Trata-se de termo de referência para subsidiar o processo de contratação dos serviços inerentes ao objeto do presente termo, que suprirão as demandas das ações e dos serviços desenvolvidos no âmbito dos órgãos requisitantes.

2- OBJETO:

Contratação de serviços de licença de uso de softwares diversos para gestão logística, ouvidoria, arrecadação e folha de pagamento, com vistas à qualificação do controle interno, incluindo implantação, treinamento de pessoal, manutenção, suporte técnico, acompanhamento e serviços especializados de consultoria, junto às unidades administrativas do Município de Icó.

3- MOTIVAÇÃO:

A contratação do objeto em referência se dá pela necessidade de aplicar a tecnologia da informação - TI, mediante softwares produzidos no âmbito da gestão pública, com vistas à manutenção das atividades ligadas ao processo de trabalho desenvolvido nos diversos departamentos dos órgãos requisitantes e por ele dirigidos, propiciando o trabalho adequado, célere, seguro e o atendimento à legislação vigente.

4 – JUSTIFICATIVA:

A contratação dos serviços especializados aqui discriminados, decorre da necessidade de garantir o perfeito funcionamento do aparelho administrativo dos órgãos requisitantes, em obediência à legislação vigente e aos requisitos dos órgãos de controle externo.

Outrossim, o volume de recursos movimentados induz e obriga aos administradores à adoção de ações ainda mais eficientes visando a busca da legalidade, transparência e obediência aos princípios norteadores da boa conduta administrativa. A quantidade de serviços e atividades no âmbito dos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal em especial no que tange ao fluxo de documentos, procedimentos e exigências legais, formalidades a serem obedecidas, datas a serem cumpridas e muitas outras gera a necessidade de dotar a estrutura administrativa de bons serviços e requer que muitos deles sejam contratados de forma terceirizada. Dessa forma, são necessários investimentos que propiciem a ampliação e qualificação do processo de trabalho, com vistas ao melhoramento dos mesmos, justificando-se, portanto, a contratação do objeto em referência.

5 - OBJETIVO GERAL:

Dotar os setores envolvidos de sistema de informático apto a atender às necessidades, de maneira ordenada e personalizada de acordo com as necessidades locais.

6 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Melhorar os serviços oferecidos à população;
- Qualificar a oferta dos serviços;
- Qualificar o processo de trabalho;
- Ampliar o acesso aos serviços com mais eficiência e celeridade;
- Auxiliar o controle interno;
- Qualificar o controle interno;
- Melhorar o acompanhamento dos processos administrativos;

7 - METODOLOGIA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

Com relação à licitação deverá ser plenamente adotada a modalidade PREGÃO, executado na sua forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO (por lote), desde que atendidas todas as demais condições mínimas exigidas.

8 - BASE LEGAL DO PROCEDIMENTO:

Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho 2002, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e do disposto no edital e seus anexos.

9 - LOCAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Nas sedes dos órgãos contratantes.

10 - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS, ORÇAMENTO, PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS LICITANTES:

10.1- ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

- Implantação / reimplantação dos sistemas quando necessário;
- Treinamento dos funcionários envolvidos;
- Acompanhamento e monitoramento dos serviços realizados, com no mínimo 40 horas semanais;
- Acompanhamento das fiscalizações da Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas dos Municípios, Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Contas da União nas diversas unidades do Município;
- Informação das novas técnicas e procedimentos visando aprimorar os controles internos do município;
- Geração de arquivos eletrônicos de informações para órgãos de fiscalização do controle externo;
- Análise documental de processos, atos;
- Conferência dos cálculos com objetivo de constatar a adequação;
- Exame de registros, controles, relatórios, demonstrativos etc;
- Correlação das informações obtidas para confirmar a consistência;

- Inspeção física para itens tangíveis;
- Envio de e-mails de monitoramento e alertas;
- Observação das atividades em tempo de execução para detecção de erros.

10.2 – VALOR ESTIMADO DA DESPESA

10.2.1 – Os valores mensais da despesa com base na pesquisa de mercado são os descritos na planilha abaixo, os quais perfazem o montante global no valor de **R\$ 508.924,08 (Quinhentos e oito mil, novecentos e vinte e quatro reais e oito centavos)**, para um período de 12 (doze) meses.

LOTE I - SISTEMAS DE GESTÃO LOGÍSTICA E OUVIDORIA

Órgão	Descrição	Unid.	Qtd.	Vir. Unit. Médio	Vir. Total Estimado
Secretaria da Educação	Serviços de licença de uso de softwares diversos para execução do controle interno, com disponibilização de sistemas via web, robô eletrônico para monitoramento das tarefas, dados e aplicativos para dispositivos móveis, compreendendo as seguintes áreas: gestão do patrimônio, gestão do almoxarifado, gestão do consumo de combustíveis e lubrificantes, gestão da merenda escolar	Mês	12	R\$ 6.603,33	R\$ 79.239,96
Secretaria da Saúde	Serviços de licença de uso de softwares diversos para execução do controle interno, com disponibilização de sistemas via web, robô eletrônico para monitoramento das tarefas, dados e aplicativos para dispositivos móveis, compreendendo as seguintes áreas: gestão do patrimônio, gestão do almoxarifado, gestão do consumo de combustíveis e lubrificantes, gestão do almoxarifado de medicamentos e de dispensação de medicamentos	Mês	12	R\$ 4.540,00	R\$ 54.480,00
Secretaria da Assistência Social	Serviços de licença de uso de softwares diversos para execução do controle interno, com disponibilização de sistemas via web, robô eletrônico para monitoramento das tarefas, dados e aplicativos para dispositivos móveis, compreendendo as seguintes áreas: gestão do patrimônio, gestão do almoxarifado, gestão do consumo de combustíveis e lubrificantes e gestão de doações	Mês	12	R\$ 3.486,67	R\$ 41.840,04
Secretaria da Administração e Finanças	Serviços de licença de uso de softwares diversos para execução do controle interno, com disponibilização de sistemas via web, robô eletrônico para monitoramento das tarefas, dados e aplicativos para dispositivos móveis, compreendendo as seguintes áreas: gestão do patrimônio, gestão do almoxarifado, gestão do consumo de combustíveis e lubrificantes, gestão da merenda escolar, gestão de arquivos ativos e inativos, ouvidoria, código de posturas, a serem implementados nas plataformas Android e IOS	Mês	12	R\$ 5.650,00	R\$ 67.800,00
Serviços Autônomo de Água e Esgoto	Serviços de licença de uso de softwares diversos para execução do controle interno, com disponibilização de sistemas via web, robô eletrônico para monitoramento das tarefas, dados e aplicativos para dispositivos móveis, compreendendo as seguintes áreas: gestão do patrimônio, gestão do almoxarifado, gestão do consumo de combustíveis e lubrificantes, gestão da merenda escolar, gestão de arquivos ativos e inativos e aplicativo chame o SAAE, nas plataformas Android e IOS	Mês	12	R\$ 4.496,67	R\$ 53.960,04

LOTE II - SISTEMA DE CONTROLE DE ARRECAÇÃO

Órgão	Descrição	Unid.	Qtd.	Vir. Unit. Médio	Vir. Total Estimado
Secretaria da Administração e Finanças	Sistema de Informática Desktop WEB com armazenamento em nuvem de controle de arrecadação, compreendendo: sistema de emissão de	Mês	12	R\$ 14.166,67	R\$ 170.000,04



nota fiscal eletrônica e aplicativo nota fácil para sistemas operacionais nas plataformas Android e IOS			
---	--	--	--

LOTE III - SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO

Órgão	Descrição	Unid.	Qtd.	Vir. Unit. Médio	Vir. Total Estimado
Secretaria da Administração e Finanças	Sistema folha de pagamento com acesso local ou via web, compreendendo: geração de arquivos para pagamento em banco, RAIS, GFIP, SEFIP, MANAD, CAGED, que atenda as exigências dos órgãos de controle externo, com disponibilização de módulo para acesso através da internet para emissão de contracheques, comprovante de redimentos, ficha financeira, relatório de resumo analítico/sintético de folha e comparativo de folha	Mês	12	R\$ 2.795,33	R\$ 33.543,96
Serviços Autônomo de Água e Esgoto	Sistema folha de pagamento com acesso local ou via web, compreendendo: geração de arquivos para pagamento em banco, RAIS, GFIP, SEFIP, MANAD, CAGED, que atenda as exigências dos órgãos de controle externo, com disponibilização de módulo para acesso através da internet para emissão de contracheques, comprovante de redimentos, ficha financeira, relatório de resumo analítico/sintético de folha e comparativo de folha	Mês	12	R\$ 671,67	R\$ 8.060,04

10.2.1- QUANTO AO REFERENCIAL DE PREÇOS:

Os preços de referência ora apresentados foram estimados tendo como base a pesquisa mercadológica com empresas do ramo da atividade pertinente ao objeto do presente termo.

10.3 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

10.3.1 – Os serviços serão iniciados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a partir da emissão da ordem de serviços.

10.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS LICITANTES

10.4.1 As licitantes interessadas na execução do objeto deste termo, deverão apresentar comprovação de aptidão através de:

10.4.1.1 Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com firma do emitente reconhecida em cartório, acompanhado de documento contratual ou equivalente (previsto no art. 62 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores) e de nota fiscal correspondente, que comprove que o(a) licitante tenha prestado ou esteja prestando serviços de natureza e espécie condizentes com o objeto do presente termo.

11 – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:

Em atendimento ao disposto no Art. 7, § 2º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e ao disposto no Art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, foi feita a verificação e constatada a existência de recursos orçamentários na dotação e elemento de despesa descrito abaixo, para suprir as despesas oriundas do presente processo, estando o mesmo em compatibilidade e adequação com Lei Orçamentária Anual, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

As despesas serão consignadas na seguinte classificação orçamentária:

Órgão	03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária	03.03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Dotação Orçamentária	04.122.0037.2.044.0000 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Elemento de Despesas	3.3.90.39.00
Fonte do Recurso	Próprios

[Handwritten signatures and marks]



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ICÓ
CIDADE FELIZ

Órgão	14 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
Unidade Orçamentária	14.14 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
Dotação Orçamentária	12.122.0037.2.035.0000 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
Elemento de Despesas	3.3.90.39.00
Fonte do Recurso	Próprios

Órgão	16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade Orçamentária	16.16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Dotação Orçamentária	10.122.0037.2.038.0000 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Elemento de Despesas	3.3.90.39.00
Fonte do Recurso	Próprios

Órgão	20 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIA
Unidade Orçamentária	20.20 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Dotação Orçamentária	08.122.0037.2.061.0000 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Elemento de Despesas	3.3.90.39.00
Fonte do Recurso	Próprios

Órgão	21 - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
Unidade Orçamentária	21.21 - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
Dotação Orçamentária	17.122.0037.2.085.0000 - ADMINISTRACAO GERAL
Elemento de Despesas	3.3.90.39.00
Fonte do Recurso	Próprios

12 - DURAÇÃO CONTRATUAL:

O contrato terá o prazo de vigência por 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13 - DA PROPOSTA DO LICITANTE

- 13.1 O licitante deverá elegendo o objeto de seu interesse, sua proposta deverá se basear na composição dos serviços objeto deste termo, considerando o atendimento às especificações do objeto.
- 13.2 A Proposta de Preços deverá ser elaborada com base no objeto desta licitação, observadas as condições estabelecidas no procedimento licitatório.
- 13.3 O licitante deverá, como proposta inicial, cotar o valor mensal e total dos serviços, considerando as especificidades do serviço.
- 13.4 O prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 13.5 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas do Edital ou legislação em vigor;
- 13.6 Serão desclassificadas as propostas que sejam incompletas, isto é, não contiverem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do objeto licitado, qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com este termo e com os termos do Edital, ou cujos preços sejam manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.
- 13.7 Caso a limitação ou condição que contraste com as normas deste termo e do Edital só possa ser detectada posteriormente após a fase de lances, caberá ao Pregoeiro desclassificar somente nesta ocasião.
- 13.8 As propostas deverão ser, obrigatoriamente, apresentadas com no máximo 02 (duas) casas decimais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ICÓ
CIDADE FELIZ



- 13.9 Nos preços ofertados deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas, impostos, taxas, seguros, transportes e demais despesas necessárias à execução do objeto desta licitação e em atendimento integral às especificações contidas neste termo.
- 13.10 Obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste termo, e após decorridos todas as fases do processo competitivo, será declarado vencedor quem ofertar o menor preço no lote.

14.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

- 14.1 Poderão participar da licitação os interessados do ramo da especialidade pertinente ao objeto deste Termo de Referência e que atendam a todas as exigências aqui elencadas e as do instrumento convocatório.
- 14.2 No que for omissos o texto do presente termo, aplicam-se as regras do instrumento convocatório.

Icó-CE, 31 de janeiro de 2017.

Maria das Graças Ferreira Vieira Oliveira
Ordenadora de Despesas da Secretaria de
Educação

Cícera Nayana da Silva Dantas
Ordenadora de Despesas da Secretaria da Saúde

Maria do Socorro Lira
Ordenadora de Despesas da Secretaria de
Assistência Social

Francisco das Chagas de Sousa Silva
Ordenador de Despesas das Secretarias de
Administração e Finanças

Gustavo Nogueira Botão
Ordenador de Despesas do Serviço Autônomo
de Água e Esgoto



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ICÓ
CIDADE FELIZ**ANEXO II****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(Carta de Apresentação)**

Local de Data

Ao Município de Icó,

Prezados Senhores,

Apresentamos às Vs.Sas., nossa proposta de preços conforme planilha abaixo, referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 01.02.01/2017, cujo objeto trata Contratação de serviços de licença de uso de softwares diversos para gestão logística, ouvidoria, arrecadação e folha de pagamento, com vistas à qualificação do controle interno, incluindo implantação, treinamento de pessoal, manutenção, suporte técnico, acompanhamento e serviços especializados de consultoria, junto às unidades administrativas do Município de Icó, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL:

LOTE I - SISTEMAS DE GESTÃO LOGÍSTICA E OUVIDORIA

Órgão	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
Secretaria da Educação	serviços de licença de uso de softwares diversos para execução do controle interno, com disponibilização de sistemas via web, robô eletrônico para monitoramento das tarefas, dados e aplicativos para dispositivos móveis, compreendendo as seguintes áreas: gestão do patrimônio, gestão do almoxarifado, gestão do consumo de combustíveis e lubrificantes, gestão da merenda escolar	Mês	12		
Secretaria da Saúde	Serviços de licença de uso de softwares diversos para execução do controle interno, com disponibilização de sistemas via web, robô eletrônico para monitoramento das tarefas, dados e aplicativos para dispositivos móveis, compreendendo as seguintes áreas: gestão do patrimônio, gestão do almoxarifado, gestão do consumo de combustíveis e lubrificantes, gestão do almoxarifado de medicamentos e de dispensação de medicamentos	Mês	12		
Secretaria da Assistência Social	Serviços de licença de uso de softwares diversos para execução do controle interno, com disponibilização de sistemas via web, robô eletrônico para monitoramento das tarefas, dados e aplicativos para dispositivos móveis, compreendendo as seguintes áreas: gestão do patrimônio, gestão do almoxarifado, gestão do consumo de combustíveis e lubrificantes e gestão de doações	Mês	12		
Secretaria da Administração e Finanças	Serviços de licença de uso de softwares diversos para execução do controle interno, com disponibilização de sistemas via web, robô eletrônico para monitoramento das tarefas, dados e aplicativos para dispositivos móveis, compreendendo as seguintes áreas: gestão do patrimônio, gestão do almoxarifado, gestão do consumo de combustíveis e lubrificantes, gestão da merenda escolar, gestão de arquivos ativos e inativos, ouvidoria, código de posturas, a serem implementados nas plataformas Android e IOS	Mês	12		
Serviços Autônomo de Água e Esgoto	Serviços de licença de uso de softwares diversos para execução do controle interno, com disponibilização de sistemas via web, robô eletrônico para monitoramento das tarefas, dados e aplicativos para dispositivos móveis, compreendendo as seguintes áreas: gestão do patrimônio, gestão do	Mês	12		



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ICÓ
CIDADE FELIZ

	almoxarifado, gestão do consumo de combustíveis e lubrificantes, gestão da merenda escolar, gestão de arquivos ativos e inativos e aplicativo chame o SAAE, nas plataformas Android e IOS				
--	---	--	--	--	--

LOTE II - SISTEMA DE CONTROLE DE ARRECAÇÃO

Órgão	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
Secretaria da Administração e Finanças	Sistema de informática Desktop WEB com armazenamento em nuvem de controle de arrecadação, compreendendo: sistema de emissão de nota fiscal eletrônica e aplicativo nota fácil para sistemas operacionais nas plataformas Android e IOS	Mês	12		

LOTE III - SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO

Órgão	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
Secretaria da Administração e Finanças	Sistema folha de pagamento com acesso local ou via web, compreendendo: geração de arquivos para pagamento em banco, RAIS, GFIP, SEFIP, MANAD, CAGED, que atenda as exigências dos órgãos de controle externo, com disponibilização de módulo para acesso através da internet para emissão de contracheques, comprovante de redimentos, ficha financeira, relatório de resumo analítico/sintético de folha e comparativo de folha	Mês	12		
Serviços Autônomo de Água e Esgoto	Sistema folha de pagamento com acesso local ou via web, compreendendo: geração de arquivos para pagamento em banco, RAIS, GFIP, SEFIP, MANAD, CAGED, que atenda as exigências dos órgãos de controle externo, com disponibilização de módulo para acesso através da internet para emissão de contracheques, comprovante de redimentos, ficha financeira, relatório de resumo analítico/sintético de folha e comparativo de folha	Mês	12		

Nesta oportunidade, temos a declarar, sob as penas da Lei, que tomamos pleno conhecimento dos serviços objeto desta licitação; que não possuímos nenhum fato impeditivo para participação deste certame e que nos submetemos a todas as cláusulas e condições previstas neste edital.

PROPONENTE:**ENDEREÇO:****CNPJ:****VALIDADE DA PROPOSTA:**

Nome do Representante Legal
CPF n.º _____



**ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO**

Modelo nº 01 (Juntar aos documentos requeridos para habilitação)

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO(A) PROPONENTE), DECLARA, para os devidos fins que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma presente, sob as penas da Lei.

Local e data

Nome do representante Legal
CPF Nº _____ - ____

Modelo nº 02 (Juntar com os documentos apresentados para credenciamento)

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO(A) PROPONENTE), DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que atende a todas as exigências requeridas para habilitação no Pregão Presencial nº 01.02.01/2017, cujo objeto é a Contratação de serviços de licença de uso de softwares diversos para gestão logística, ouvidoria, arrecadação e folha de pagamento, com vistas à qualificação do controle interno, incluindo implantação, treinamento de pessoal, manutenção, suporte técnico, acompanhamento e serviços especializados de consultoria, junto às unidades administrativas do Município de Icó, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL, e que se submete, de pleno acordo, a todos os termos e condições previstas no instrumento convocatório.

Local e data

Nome do representante Legal
CPF Nº _____ - ____



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ICÓ
CIDADE FELIZ



ANEXO IV MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Nome e qualificação.

OUTORGADO: Nome e qualificação.

PODERES: Plenos e gerais poderes para representar a OUTORGANTE, junto à Prefeitura MUNICIPAL DE ICÓ, no processo de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 01.02.01/2017**, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, entregar no pregão os envelopes de habilitação e proposta de preços, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da OUTORGANTE e tudo o mais que se fizer necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Local e data

Nome do representante Legal
CPF Nº _____ - ____

OBS: No caso de procuração particular deverá, obrigatoriamente, constar o reconhecimento da firma do OUTORGANTE em cartório.



**ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO Nº _____

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O
MUNICÍPIO DE ICÓ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE
_____, COM A EMPRESA
_____, PARA O FIM QUE A
SEGUIR SE DECLARA:**

O Município de Icó, pessoa jurídica de direito público interno, através da Secretaria da _____, com sede na Rua _____, em Icó-Ce, inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador(a) de Despesas, Sr(a). _____, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, com endereço na Rua _____, Nº _____, bairro _____, em _____, Estado do _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada por _____, CPF nº _____, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de Pregão Presencial nº _____, Processo nº _____, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1- Processo de Licitação, na modalidade Pregão Presencial n.º _____, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, devidamente homologado pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da Secretaria de _____ da Prefeitura Municipal do MUNICÍPIO DE ICÓ-Ce.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto _____, conforme especificações constantes no anexo I do Edital.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1- A valor global deste Contrato é de R\$ _____ (_____), nele estando incluídas todas as despesas e custos necessários à sua perfeita execução, sendo pago mensalmente o valor de R\$ _____ (_____).

3.2 - A fatura relativa aos serviços mensalmente prestados deverá ser apresentada ao(à) Secretaria de _____, até o 10º (décimo) dia útil do mês subseqüente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.

3.3 - A fatura constará dos serviços efetivamente prestados no período de cada mês civil, de acordo com o quantitativo efetivamente realizado no mês;

3.4 - Caso o faturamento seja aprovado pelo(a) Secretaria de _____, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADO(A)

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



8.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) nº, elemento de despesa nº

CLAÚSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

9.1- Depois de celebrado o contrato as alterações serão permitidas obedecendo a legislação aplicada ao caso especialmente a previsão contida a partir do Art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

CLAÚSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1- O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLAÚSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1- O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

11.2- O(a) contratado(a) ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I - Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II - Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1,0% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no serviço, limitada a 10% do mesmo valor;

b) de 2,0% (dois por cento) sobre o valor contratual, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) de 5,0% (cinco por cento) do valor contratual, pela recusa em executar o serviço(s), caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ICÓ, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ICÓ
CIDADE FELIZ

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.3- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 11.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

11.4- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o(a) contratado(a) fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do(a) contratado(a), o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

11.5- As sanções previstas nos incisos III e IV do item 11.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- a) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- c) sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

11.6- As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 11.2 supra, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.7- A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5,0% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

11.8- As sanções previstas no item 11.7 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1- A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
 - b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- 12.2- Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

12.3- A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1- Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

13.2- Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

14.1- Fica eleito o foro da Comarca de Icó, Estado do Ceará, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Icó/CE, ____ de _____ de _____.

.....
Secretária do

Nome do Representante Legal
Nome da Empresa
CONTRATADA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF: